

HT-197

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de História

Tema

*As Relações Políticas Entre Moçambique e África do Sul Após o
Acordo de Nkomati*

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane

Autor: Romeu Francisco da Silva

Maputo, Abril 2006

HT-197

As Relações Políticas entre Moçambique e África do Sul Depois do Acordo de Nkomati

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de licenciatura na Universidade Eduardo Mondlane por ROMEU FRANCISCO DA SILVA

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de Historia

Supervisor: Prof. Dr. João Paulo Borges Coelho

Composição do Júri

Presidente	Supervisor	Oponente	Data
<i>Américo de Fátima</i>	<i>João Paulo Borges Coelho</i>	<i>Dr. Heitor</i>	21/6/06

U.E.M. - F.L.C.S.

R. E.	31459
DATA	14/06/06
AQUISIÇÃO	COM. D. D. A.
COTA	HT-197

Declaração

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada na sua essência para a obtenção de qualquer grau e que ela constitui o resultado da minha investigação, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes utilizadas

Índice	Pag
Agradecimentos	i
Dedicatória	ii
Lista de Abreviaturas	iii
Resumo	iv
 Capítulo I	
Introdução.....	1
1.1 Contexto	1
1.2 Argumento e Revisão Bibliográfica	3
1.3 Quadro de Conceitos	7
 Capítulo II	
A África Austral no Contexto da Guerra-fria 1980/1983.....	11
2.1 <i>A CONSAS, a SADCC e os EUA – 1979</i>	11
2.2 <i>África do Sul e os Apoios Militares à Renamo 1980/1982</i>	13
 Capítulo III	
Moçambique e África do Sul Rumo ao Acordo de Nkomati – 1983/1985	16
3.1 <i>Os Primeiros Contactos para o Acordo de Nkomati – 1983</i>	16
3.2 <i>O Acordo de Nkomati – 1984</i>	18
 Capítulo IV	
As Relações Políticas Entre Moçambique e África do Sul 1984/1992.....	20
1º Período – <i>A violação do Acordo – 1984/1985</i>	20
2º Período – <i>Esforços Diplomáticos na Busca da Paz – 1985/1986</i>	25
3º Período – <i>Transformações Políticas em Moçambique e África do Sul 1987/1988</i>	27
4º Período <i>A Queda do Apartheid e o Fim da Guerra-fria – 1989/1992</i>	30
 Capítulo V	
5. Conclusão Geral	36
6. Cronologia	38
7. Bibliografia	40
8. Anexos	43
<i>Anexo 1 Evolução na Área do Transportes Internacionais – 1975/1987.....</i>	43
<i>Anexo 2 Rendimento per capita dos Países da África Austral 1980/1988</i>	43
<i>Anexo 3 Documento do Acordo de Nkomati 1984</i>	43

Agradecimentos

i

Ao Prof. Dr. João Paulo Borges Coelho que, com profissionalismo, rigor e paciência, acompanhou todo o processo de elaboração deste trabalho. Os meus agradecimentos vão igualmente para o Prof. Dr. David Hegdes que ajudou na escolha de mais obras inerentes a dissertação que foram fundamentais para melhorar a análise deste trabalho.

Aos colegas da turma, em especial ao Ambrósio Mafumo e ao Gil Filipe, vai também uma grande palavra de apreço, pois ao longo dos cinco anos que juntos convivemos, foi possível trocarmos ideias e experiências que contribuíram no resultado final deste trabalho.

Dedicatória especial vai para o meu pai e minha mãe, à minha filha Kília e minha esposa Julieta, e aos meus irmãos que compreenderam os momentos em que não foi possível partilhar o convívio, amor e carinho. Dedico igualmente aos meus amigos e colegas que directa ou indirectamente me ajudaram ao longo dos cinco anos.

Lista de Abreviaturas

iii

ANC – Congresso Nacional Africano

CONSAS – Constelação de Estados da África Austral

CCM – Conselho Cristão de Moçambique

EUA – Estado Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

FPLM – Forças Populares de Libertação de Moçambique

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

HCB – Hidroeléctrica de Cahora Bassa

ONU – Organização das Nações Unidas

PN – Partido Nacional

PRE – Programa de Reabilitação Económica

SADF – Forças Armadas da África do Sul

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

SADCC – Conferencia para Coordenação do Desenvolvimento da África Austral

SADC – Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZANU - União Nacional Africana do Zimbabwe

As Relações Políticas entre Moçambique e África do Sul Depois do Acordo de Nkomati, analisa as formas de convivência destes países que apresentavam sistemas políticos diferentes. Por um lado Moçambique Socialista e por outro África do Sul do Apartheid e Capitalista. Depois da independência de Moçambique e de Angola, Portugal deixou dois regimes de minoria sem protecção. A posição socialista e anti-colonialista de Moçambique tornaram mais complicadas as relações com o regime do Apartheid e com o de Ian Smith. Em forma de retaliação, em 1976, a Rodésia do Sul criou e apoiou a Renamo, uma força rebelde que se digladiou com a Frelimo durante 16 anos. Depois da queda de Ian Smith, em 1980, a África do Sul tomou conta da Renamo, que continuou a guerra em Moçambique. Os dois países assinaram, em Março de 1984, o Acordo de Nkomati, de Não-Agressão e Boa Vizinhança, no qual foi estabelecido que a África do Sul deixaria de apoiar a Renamo e Moçambique deixava de acomodar o ANC no seu país. O Acordo fracassou e no período entre 1984 a 1989, os militares sul-africanos ajudaram a Renamo a traçar planos e alvos económicos a abater, tendo escolhido as linhas de transmissão de energia eléctrica do HCB, vias ferroviárias e rodoviárias para enfraquecer Moçambique. As relações entre os dois países melhoraram a partir de 1990, com o fim da confrontação este-oeste, tendo havido a revitalização do acordo que culminou ainda na queda do Apartheid e na pacificação de Moçambique, em 1992. Neste período houve assinatura de outros acordos para o estabelecimento de Joint Ventures entre empresas dos dois países.

Capítulo I Introdução

1.1 Contexto

O Acordo de Nkomati, assinado a 16 de Março de 1984, era uma tentativa de resolver as difíceis relações políticas, económicas e militares entre Moçambique e África do Sul que se estendem desde 1975, ano em que Moçambique alcança a independência e adopta o socialismo como orientação política. Este facto afectou a África do Sul e seus aliados ocidentais que combatiam o socialismo soviético na África Austral, no quadro da guerra-fria. Aliás, as relações políticas entre Moçambique e África do Sul devem também ser vistas no sentido da confrontação Este-Oeste. Por um lado, os EUA, líderes do bloco ocidental, apoiavam a África do Sul e por outro a URSS, líder do bloco do leste em apoio a Moçambique. Devem, igualmente, ser vistas sob ponto de vista da problemática do Apartheid na região.

A Estratégia Total, implementada em 1978, foi a base de incursões armadas da África do Sul contra os estados da África Austral. Era um quadro onde se articulavam uma série de reformas internas e externas. Os militares, no poder na África do Sul, afirmavam que estavam perante uma ofensiva total, referindo-se às independências de Moçambique, Angola e mais tarde do Zimbabawe, daí a implementação da estratégia. Era igualmente uma arma política, militar e económica de defesa do Apartheid que se sentia ameaçado pelos novos estados governados por maiorias africanas dentro da região. A partir de 1980, na sequência da queda do regime de minoria na Rodésia do Sul, o Apartheid, toma contornos perigosos, desestabilizando a região e, particularmente em Moçambique, usou e apoiou a Renamo na guerra civil, sob alegação de a Frelimo estar a fazer o mesmo em relação ao ANC.

Na sequência das difíceis relações entre Moçambique e África do Sul, iniciou-se, em Dezembro de 1982, uma maratona diplomática para tentar aproximar as duas partes, com o apoio dos EUA. Na verdade, os americanos pretendiam serenar os ânimos das organizações civis norte-americanas que se manifestavam contra o Apartheid, para que Ronald Reagan conseguisse renovar o mandato, em 1984. Mais ainda, os EUA não pretendiam manter um equilíbrio de forças na região que evitasse o domínio da zona, mas sim equipar a África do Sul em todos os sentidos para agir contra todos os que se identificavam com o comunismo e contra os interesses capitalistas na região.

O resultado dos vários encontros negociais foi a assinatura, a 16 de Março de 1984, do Acordo de Nkomati, no qual a África do Sul comprometeu-se a não apoiar militarmente a Renamo e Moçambique a não acomodar os membros do ANC no seu país. Com o acordo, que tem 11 artigos, pretendia-se que as duas partes convivessem num clima de Boa Vizinhança e de Não-agressão. Será, pois razão pela qual que ao longo deste trabalho tentaremos trazer à luz do dia uma análise sobre o tipo de convivência política entre Moçambique e África do Sul depois do acordo de Nkomati. Numa análise preliminar, entende-se que este acordo não foi respeitado.

As fontes que serão utilizadas para este trabalho distribuem-se em três categorias, nomeadamente obras publicadas de autores que escreveram assuntos relacionados com o Acordo de Nkomati e todos os acontecimentos políticos e económicos que estão à volta do acordo. Outros tipos de fontes que serão utilizados compreendem a documentação de arquivo que ajudará na interpretação do posicionamento de alguns autores bem como revistas e jornais da época.

Com estas três categorias de fontes poderemos articular o desenvolvimento deste estudo uma vez que oferecem vantagens de equilibrar os aspectos mais importantes numa matéria marcada predominantemente pela História política da África Austral e de Moçambique em particular, durante as décadas de 70 e 80.

1.2 Argumento e Revisão Bibliográfica

O Acordo de Nkomati não foi respeitado. A sua violação caracterizou-se de várias formas, nomeadamente sabotagens às linhas de transmissão de energia da HCB e ataques aos principais corredores ferroviários e rodoviários com o intuito de enfraquecer a economia de Moçambique. A África do Sul, aproveitando-se do diferendo entre a Frelimo e a Renamo apoiou militarmente este último para desestabilizar a economia no quadro da Estratégia Total sul-africana.

A Estratégia Total era constituída por reformas políticas e económicas que, na verdade, revelaram a intenção do governo sul-africano de demonstrar que “toda a política governamental se deve subordinar a uma Estratégia Nacional Total que defenda o inegociável princípio do direito à autodeterminação da nação branca” (Minter:1998, 48).

Em 1984, aquando da assinatura do Nkomati, era suposto que a África do Sul assumisse uma política de não interferência em Moçambique e, principalmente, que pusesse termo ao seu apoio a Renamo. A África do Sul comprometia-se igualmente a aumentar o intercâmbio económico “através do reatamento dos antigos laços e também do encorajamento do investimento directo da África do Sul” (Hermele:1988, 261).

Três meses depois da assinatura do acordo, a Renamo queixou-se da falta de material bélico para prosseguir com a guerra, situação que “fez deslocar a África do Sul, elementos daquele movimento para acertar o negócio, em Outubro de 1984, com as altas

patentes, nomeadamente Constant Viljoen, chefe da SADF, tendo sido acordado que as acções militares contra Moçambique deviam ser privadas” (Hanlon:1994,46).

Quando o acordo foi violado, os EUA não tomaram uma posição severa contra a África do Sul, que continuava a abastecer o esforço de guerra da Renamo em Moçambique, porque já haviam alcançado o seu objectivo nos EUA¹.

Face a frequentes violações do acordo, Moçambique desencadeou uma campanha diplomática no Ocidente para provar que a África do Sul estava a atropelar os preceitos de Nkomati. Face a isto “o Departamento de Estado dos EUA, pelo contrário, tentava atenuar as exigências do público e do Congresso, de sanções contra a África do Sul devido ao seu sistema de Apartheid” (Minter:1998, 60).

Com esta vantagem, a África do Sul, com o apoio do Ocidente, poderia preservar a sua posição de centro da economia e política regional, facto que poderia obrigar a Frelimo a mudar do marxismo, o que era o objectivo dos EUA. Foi, pois razão pela qual que alguns países ocidentais concordaram que “as ajudas a Moçambique passariam a ser drenadas através da África do Sul” (Hanlon:1986, 41).

A África do Sul passou a ganhar confiança e, perante o posicionamento dos EUA, as violações do Nkomati passaram a ser mais nítidas. “Em 1986 a África do Sul ajudou a Renamo a expandir as suas bases militares em todo o país, tendo as forças rebeldes invadido Tete para garantir a entrada de abastecimentos via Malawi” (Hanlon:1986, 41).

O presidente Samora Machel encontrou-se a 11 de Setembro com o presidente do Malawi, Kamuzu Banda, tendo exigido a este a interrupção da ajuda à Renamo sob pena de cortar acesso ao mar. Esta situação não alterou o posicionamento dos EUA, que afirmavam que não tinham meios para pressionar a África do Sul a parar com os apoios.

¹ Os EUA pretendiam convencer o eleitorado negro do sul do país para renovar o mandato

A Estratégia Total, pelo que podemos constatar, não contemplava qualquer negociação com os seus vizinhos. Ou, se houvesse essa possibilidade, não seria de forma mais séria uma vez que numa alocução pública Botha afirmava mesmo sobre a “não interferência exterior nos assuntos sul-africanos” (Davies:1986,176).

O governo sul-africano, ao introduzir o sistema de parlamento tri-camaral forjava o seu posicionamento em relação à discriminação racial em que os negros não tinham nenhuma expressão. Aliás, isto veio a reforçar a sua posição de não aceitar “o seu património espiritual e material edificado ao longo de 300 anos seja facilmente dado nas mãos duma clique do poder revolucionário” (Davies:1986,180).

Em 1988 a África do Sul revelava mais abertura para seguir a via diplomática para resolver o seu diferendo com Angola e Moçambique. Com este último houve revitalização do acordo que relançou as esperanças da paz com o regime do Apartheid. Aliás, os eventos internacionais, ocorridos no final dos anos 80, “indicaram claramente a impossibilidade da África do Sul manter por mais tempo a segregação racial interna e a pressão sobre os países vizinhos” (O’Meara:1996, 405).

A partir de 1988 há sinais de contactos entre o governo sul-africano e moçambicano no sentido de revitalizar o acordo de Nkomati. A partir deste ano, há novo cenário na política da África Austral. “A subida ao poder de Frederik de Klerk e a legalização do ANC deram garantias concretas de um fim da confrontação” (Newitt:1985:488).

A revitalização do acordo foi precedida de uma campanha diplomática levada a cabo pelo governo moçambicano.² “O ministro da Cooperação, Jacinto Veloso, entregou na cidade de Cabo a P.W. Botha uma mensagem do presidente Chissano cujo conteúdo

² Lembre-se que a via diplomática nunca foi descartada pelas partes

era uma proposta de um encontro efectivo da Comissão Mista de Verificação” (Macuacua:1998, 73).

A partir dessa altura foram relançados os laços económicos e os investidores sul-africanos mostraram interesse em financiar projectos de desenvolvimento em Moçambique, nomeadamente nas áreas de electricidade (HCB), turismo e pescas. A revitalização do acordo teve como base o encontro entre Botha e Chissano a 12 de Agosto de 1988, em Songo, Tete, onde Chissano afirmou que “existe agora mais confiança, mais entendimento em ambos os lados devido aos desenvolvimentos na área, na África Austral e na África do Sul” (Tempo: 18/09/1988,5).

Foi aí que o governo moçambicano colheu dividendos deste ambiente político, “aproximando-se de Pretória com vista a implementação das cláusulas do acordo de Nkomati referentes à Comissão Conjunta de Verificação” (Macuacua:1998, 73).

A partir dessa altura, praticamente a militarização do governo sul-africano não mais existiu. “Magnus Malan deixou de ser o responsável das SADF, as bases militares nas Comores foram fechadas pelos franceses e dentro de Moçambique há os primeiros contactos entre a Frelimo e a Renamo no sentido de se assinar o acordo de Paz” (Macuacua:1998, 51).

Frederick de Klerk põe praticamente fim ao bloqueio negocial incrementado pelo primeiro-ministro P.W Botha, libertando Nelson Mandela e iniciando conversações para uma transição democrática na África do Sul.

1.3 Quadro de Conceitos

Guerra Civil – Entende-se por guerra civil um conflito armado que envolve grupos do mesmo estado em que esteja em causa um interesse interno, como mudança de atitude de um ou de outro lado ou com o objectivo de conquistar o poder.

Quando uma parte da população de um estado pega em armas contra o governo estabelecido desse estado estamos perante uma Guerra Civil. Trata-se de um assunto estritamente interno embora possa a haver interferência externa.

A Guerra Civil pode ser detectada, quando um grupo de insurrectos começar a causar danos. No momento em que se verifica que há um conflito de carácter geral entre insurrectos e o governo estamos perante uma guerra civil.

Também a Guerra Civil caracteriza-se pelo facto de no meio de grupos organizados, actuando sob as hostilidades de acordo com as leis da guerra, nesse momento, segundo a enciclopédia luso-brasileira “existe fundamento para reconhecimento dos insurrectos como beligerantes para terceiros estados e de qualquer modo, passam eles a ter direito de serem rotulados como tais, surgindo como sujeitos de direito internacional” (Enciclopédia Luso-Brasileira, 1220).

Acordo – É uma forma de nações, grupos rebeldes ou governos chegarem a um entendimento sobre um determinado elemento que os opõe. Muitos governos e seus parceiros afirmam por diversas vezes que chegaram a um entendimento por meio da assinatura de um acordo sobre um determinado aspecto. Muitos acordos para a concessão de fundos são igualmente assinados entre estados e organizações em que há respeito mútuo entre as partes que se comprometem ao abrigo do acordo.

Portanto, acordo é uma forma de duas ou mais instituições e estados estarem em consentâneo com os sentimentos ou ideias que constituem a base do entendimento. Um acordo pode também ser entendido como uma garantia em que as partes envolvidas têm para que ele seja respeitado.

Desestabilização – É um método político para obrigar mudanças no comportamento de um governo, sem necessariamente o derrubar. A palavra desestabilização, segundo o investigador sul-africano, Geldenhuys, “não diz muito sobre o conteúdo concreto da actividade realizada. Não diz nada sobre o sofrimento humano, que para milhões de moçambicanos, foi a consequência da desestabilização militar” (Abrahamsson & Nilsson:1994,159).

O raciocínio de Geldenhuys, segundo Abrahamson “poderia levar-nos a fazer uma interpretação de que na realidade se trata de um tipo especial de influência política, uma espécie de diplomacia agressiva” (Abrahamsson & Nilsson:1994,159).

A palavra desestabilização pode conduzir-nos a fazer outras associações diferentes das que poderíamos fazer com as palavras agressão, intervenção e terrorismo. Para o investigador Geldenhuys o objectivo da desestabilização é meramente político.

Apartheid – Significa “Apar-tness, o estado de existência. Apar – separação”. Na Africa do Sul, tal como descreve Laguma (1971,87) o contexto Apartheid significa destruição racial. Um correspondente político do Jornal nacionalista Die Bueger descreve que a palavra foi usada pela primeira vez no *lead* de um artigo em 26 de Março de 1943. Essa referência foi feita por nacionalistas políticos que defendiam o Apartheid.

Na mesma obra Laguma refere-se ainda ao facto de o Partido Nacional “ter sido o autor deste conceito quando trouxe o slogan do apartheid e a supremacia branca, isto é,

introduziram uma separação rígida em áreas onde havia mais brancos, sobretudo nas cidades” (Laguma:1971,87).

O Apartheid caracteriza-se em introduzir acessos separados como por exemplo estações ferroviárias, rodoviárias, existência de transporte para brancos e negros. No concreto, a separação inicia-se um pouco depois da criação da União Sul-Africana, USA, em 1910, em que a lei de terras foi o principal instrumento de separação. Em 1948, o Partido Nacional sobe ao poder, legalizando o Apartheid.

Estratégia Total – Definiu-se como política sul-africana que visava manter a sobrevivência do Apartheid, durante os anos em que o regime se sentiu ameaçado pela expansão do socialismo na África Austral, entre os anos de 1975 até pelo menos 1980.

Esta política foi adoptada em 1978 quando Peter W. Botha ascendeu ao cargo de primeiro-ministro, outrora, ministro da defesa desde 1965, com apoio do ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelf Pik Botha. Como primeiro-ministro, “Botha prosseguiu na mesma direcção e fortaleceu a determinação do regime de utilizar a sua capacidade de destruição” (Minter:1999,48). Anteriormente o primeiro-ministro John Vorster, no cargo desde 1966, exercia uma política considerada pelos críticos do PN, como um fracasso, daí que “a África do Sul necessitava de uma direcção mais determinada, homens com planos fortes e capacidades de gestão” (Minter:1998,47).

A Estratégia Total foi uma forma de combater os opositores do Apartheid na África Austral, com o uso de todos os meios de repressão, nomeadamente políticos, militares, económicos e até sociais para a “desestabilização completa e isolamento dos países vizinhos da África do Sul” (Vines:1996,18).

Engajamento Construtivo - No essencial consistiu em “preconizar a retirada dos contingentes cubanos e o fecho das bases militares do ANC do território angolano como moeda de troca para que a África do Sul aceitasse os seus efectivos de Angola e garantir a Independência da Namíbia. Assim os sul-africanos, os angolanos e namibianos todos tinham algo a ganhar” (Zacarias:1991,148).

Na verdade o Engajamento Construtivo era uma política norte-americana que visava combater os satélites da URSS na África Austral, dando apoio militar a África do Sul como principal e único país que podia ajudar os EUA a travar o avanço do comunismo.

Capítulo II - A África Austral no Contexto da Guerra-fria 1980 – 1983

2.1 A CONSAS, a SADCC e os EUA – 1978

Neste capítulo abordaremos acontecimentos que justificavam as incursões da África do Sul desde a independência de Moçambique, em 1975, até a aos primeiros sinais de diálogo entre Maputo e Pretória, em 1983. Durante este período identificamos a Estratégia Total como ponto principal pelo qual a África do Sul intimidou os seus vizinhos.

Depois da Independência, em 1975, a Frelimo adoptou a estratégia anti-ocidental, procurando distanciar-se de Portugal e aproximando o país aos regimes socialistas, situação que mais tarde criou um relacionamento difícil com a África do Sul, um estado capitalista na região com apoio do ocidente.

A CONSAS, que surge em 1979, era uma forma de a África do Sul manter a sua hegemonia na região na sequência das independências dos seus vizinhos. Integrava todos os países da região excepto Moçambique, Angola e Tanzânia por serem socialistas. A criação da CONSAS, faz parte da Estratégia Total, uma das principais agendas do regime do Apartheid neste período pós-independência. Os objectivos da Estratégia Total estavam previstos no livro branco de 1977 no qual, dentre vários aspectos, traçou a necessidade de “aliar promessas e ameaças (...) e estabelecer como objectivo a criação de relações de amizade e colaboração política e económica com os estados da África Austral” (Adam et al: 1981, 66).

A África do Sul ao introduzir a Estratégia Total sentia-se mais incomodada quando, em forma de contra ataque ao CONSAS, os países da Linha da Frente constituíram a SADCC, em 1980, com a independência do Zimbabawe, obrigando o regime do Apartheid a ter outro posicionamento porque “este período envolveu a

aplicação das táticas de desestabilização em fogo generalizado e de uma maneira indiscriminada” (Davies & Ncube:1991,13).

Na verdade, a iniciativa da formação da SADCC esteve intimamente relacionada com factores específicos vinculados à questão da África do Sul, que adoptava a política do Apartheid e que significava ameaça directa aos mais próximos. A SADCC, ao longo dos anos não conseguiu lograr sucessos desejados, como demonstra o **anexo 2**

A África do Sul, para além de Angola, atacava Moçambique porque, à entrada da década de 80, “foi uma influência na formação da Linha da Frente e o primeiro a idealizar a SADCC e que manteve relação com estados socialistas e era ainda guiado por um partido marxista-leninista” (Davies & Ncube:1991,14).

A CONSAS fracassou por não ter tido apoio e reconhecimento da Comunidade Internacional e por não ter incluído estados que a África do Sul desejava, como o Zimbabwe, que preferiram agrupar-se à SADCC, o que constituiu um duro golpe às suas intenções porque “o projecto do regime do Apartheid ficou apenas reduzido a bantustões [pseudo]independentes e à minoria branca” (Adam et al:1981, 72).

Em Abril de 1980, os Estados da SADCC assinaram a Declaração de Lusaka, que instituiu o bloco regional, com objectivo de se distanciar da África do Sul, com a liberalização económica e desenvolvimento integrado em diversas áreas.

Os EUA juntaram o Engajamento Construtivo à Estratégia Total. Ao contrário de Jimmy Carter, que durante boa parte do seu mandato seguiu uma abordagem regionalista em relação à região, Reagan e o seu assistente para assuntos africanos, Chester Crocker, não só minimizaram a questão dos Direitos Humanos como também inseriam a política relativa ao sub continente uma visão globalista de combate mundial do comunismo. Ou

seja “o anti-comunismo substituiu os direitos humanos como uma questão da política externa dos EUA” (Hanlon:1986, 23). O apoio a África do Sul foi enaltecido por Ronald Reagan numa entrevista televisiva que disse que “África do Sul é um país que esteve ao nosso lado em todas as guerras que travamos, um país que, com a sua produção de minérios, é estrategicamente essencial ao mundo livre” (Abrahamsson & Nilsson:1994,87).

A política de Engajamento Construtivo contraria a posição do anterior presidente Jimmy Carter que chegou mesmo a aceitar que Washington “isolasse Pretória” (Zacarias:1991,148). Assim, os EUA facilitaram o apoio militar a África do Sul, “vetando as resoluções do Conselho de Segurança, condenando o Apartheid e ajudando a África do Sul a ganhar um bilião de dólares do empréstimo do FMI” (Cheatama; 1987, 64).

As difíceis relações entre Moçambique e África do Sul revelaram-se mais ainda quando em 1981, houve um ataque do regime do Apartheid à casa dos activistas do ANC, na Matola. Na sequência do ataque “Moçambique acusou seis diplomatas americanos de passar informações estratégicas para a África do Sul e expulsou-os do país. Em retaliação, os EUA cortaram relações com Moçambique (...) os países da Europa também reduziram a ajuda no mesmo ano e outras pressões foram exercidas” (Cheatama: 1987,65). A política norte-americana de Engajamento Construtivo foi considerada um fracasso porque “implicou um risco de radicalização mais profunda da oposição negra e um aumento da influência soviética” (Abrahamsson & Nilsson:1994,88).

2.2 A África do Sul e os Apoios Militares à Renamo – 1980

A África do Sul aproveitou-se da crise económica, seca, cheias e guerra civil para desencadear uma destruição de vulto, contando com a Renamo. Alguns exemplos das

directivas da Renamo, orquestradas pelas SADF para sabotar alvos económicos em Moçambique, “estão contidos em dois maços de documentos capturados na base de Gorongosa” (Johnson & Martin:1987,27). Nos documentos capturados pela Frelimo há igualmente revelações de violação do acordo as quais “a África do Sul aceitou, tendo Botha também admitido que mantinha no ar as emissões da rádio Voz da África Livre, em violação a uma secção do acordo de Nkomati” (Hanlon:1986,150).

Os documentos eram intitulados “Desk Diary”, e revelavam alguns actos de apoio como “reorganizar a Renamo para a fase pós-Nkomati, rearmar e abastecer a Renamo para garantir seis meses de autonomia em armas e munições após a assinatura do acordo e reuniões entre responsáveis da Renamo e do governo sul-africano, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Louis Nel” (Documentos de Gorongosa, 1985).

Os apoios sul-africanos a Renamo foram igualmente revelados em documentos capturados em Garágua, na província de Manica, cujos conteúdos eram actas de reuniões havidas no início da década de 1980. Para uma dessas reuniões, “a delegação sul-africana era dirigida pelo coronel Charles Van Niekerk, um oficial da inteligência militar que fora da ligação com os rodesianos, quando a MNR ainda estava sob o controlo destes” (Johnson & Martin:1987, 27).

Os planos sul-africanos, a partir de 1980, eram atacar alvos económicos importantes para Moçambique e África Austral, como caminhos-de-ferro, estradas e linhas de transmissão de energia eléctrica (do HCB). Na esteira disso, e de acordo com os documentos, houve a necessidade de abrir novas frentes de combate.

Houve outras revelações sobre o encerramento do caminho-de-ferro Beira-Umtali e da estrada no sector Inchope-Vila Franca de Save. A respeito da intensificação da luta,

a África do Sul sugeriu que “o tráfego ferroviário Malvénia-Gwelo, no Zimbabawe, fosse interrompido, criar uma base militar perto da fronteira com a África do Sul, abrir a frente da província de Maputo e preparar incidentes urbanos em Maputo e Beira. Isto devia ser feito até fim de Dezembro de 1981” (Johnson & Martin:1987, 27).

Os planos da África do Sul estendiam-se para a destruição das linhas de transmissão de energia eléctrica, principalmente do HCB, isto para a África do Sul “sublinhar a ideia de que o seu apoio a Renamo é somente sete por cento, tal como é a importância destas linhas de energia para a África do Sul” (Johnson & Martin:1987, 28).

Um documento datado de 11 de Novembro de 1981 “revelava planos de destruir a capital Maputo, com uso de armas pesadas e bombas a fim de criar um grande impacto nacional e internacional” (Johnson & Martin:1987: 28).

Como se pode verificar, até aqui as relações entre Moçambique e África do Sul baseavam-se em incursões armadas, em que a o regime do Apartheid demonstrou pretender manter o papel de senhor da África Austral para se defender dos comunistas e travar dessa forma a supremacia soviética, no quadro da guerra-fria.

Capítulo III - Moçambique e África do Sul Rumo ao Acordo de Nkomati 1983 /1984

3.1 Os Primeiros Contactos para o Acordo de Nkomati – 1983

Neste capítulo pretendemos explicar e perceber até que ponto a África do Sul e os EUA tinham de facto interesses em ajudar Moçambique a alcançar a paz sem que este mudasse do tipo de política. Foram vários os encontros realizados entre os governos de Moçambique e da África do Sul no sentido de se alcançar um acordo de paz³.

Do IV Congresso, em 1983, saíram apelos favoráveis a políticas de descentralização, orientadas para o mercado de pequena escala, devido a crise económica. Na mesma ocasião o Comité Central da Frelimo analisou as condições em que o acordo de Nkomati seria celebrado: “liquidar a Renamo, ofensiva diplomática, para romper o cerco internacional, e económica em que o Conselho de Ministros decidira fazer da economia uma economia de guerra” (Acordo de Nkomati: 1984, 34).

Foi este ambiente económico e social que impulsionou o acordo de Nkomati. Na verdade Moçambique já não suportava os efeitos da guerra, fome e falta de apoios por parte dos países economicamente fortes, razão pela qual aceitou sentar à mesa de negociações com a África do Sul, sob a égide dos EUA.

As negociações iniciaram-se em Dezembro de 1982, e os pressupostos básicos colocados pelo governo moçambicano estavam assentes “na necessidade de se estabelecer uma plataforma de entendimento na área de segurança” (Acordo de Nkomati: 1984,54).

Em 20 Dezembro de 1983, houve encontro em Mbabane, na Suazilândia, entre as delegações moçambicanas e sul-africanas. Nesse encontro, Moçambique tinha garantias dos EUA de que receberia a ajuda que pediu no âmbito da mitigação dos efeitos da fome.

³ Moçambique, nessa altura, tentava granjear amigos no ocidente, tendo afirmado que nunca deixou de ser parceiro do bloco.

Robert Gelbard, director do Gabinete do Departamento de Estado para os Assuntos Africanos, explicou que para se alcançar um acordo com a África do Sul, Moçambique “devia liberalizar a sua economia e abrir-se para o ocidente, juntando-se ao FMI e Banco Mundial, só daí poderá ter novas possibilidades para negociar sobre o seu problema de economia” (Cheatam.:1987, 75).

Ainda em 1983, Moçambique e África do Sul já tinham revelado que os contactos de Mbabane estavam bem encaminhados no sentido de se alcançar um acordo, embora sob algumas trocas de acusações. Lembre-se que nessa altura houve ataques seriados a Matola, uma vez que a Frelimo não aceitava retirar, numa primeira fase, todos os membros do ANC do país e a África do Sul acusava Moçambique de ter estacionado na sua fronteira forças armadas bem equipadas e com armamento sofisticado.

O ministro dos Negócios Estrangeiros moçambicano, Joaquim Chissano, chegou mesmo a afirmar que “se medidas internacionais não forem tomadas para parar a escalada de violência da África do Sul a longo termo, pode requerer mais assistência militar dos países socialistas que nos apoiaram durante a luta de libertação” (Cheatam.:1987, 72).

Esta situação não teve um pronunciamento de nenhum dos aliados no sentido de suavizar o tom dos discursos de ambas as partes porque punham em perigo um acordo que ainda iria ser assinado. Foi, pois razão pela qual que houve mais um encontro em 20 de Fevereiro de 1984 entre o presidente Samora Machel e o ministro dos Negócios estrangeiros Pik Botha, em Maputo, onde foi clarificado que “o caminho sobre a última ronda a nível ministerial estabilizou a última fase do acordo” (Cheatam.:1987,76). Este encontro, que aconteceu um mês antes do Nkomati, foi por sinal decisivo, pois não houve um outro relevante que pudesse alterar o rumo dos acontecimentos.

3.2 O Acordo de Inkomati – 1984

A assinatura do Acordo teve lugar numa das margens do rio Nkomati, na região de Nkomatipoort, na África do Sul. O Acordo foi assinado pelo presidente de Moçambique, Samora Machel e o primeiro-ministro sul-africano Pieter Botha acompanhados pelas delegações dos dois países. Tudo indicava que este acordo traria definitivamente um ambiente político favorável para as duas partes.

O acordo, com 11 artigos (**vide anexo 3**), resumia-se na boa vizinhança e na não agressão, em que os dois países cessariam quaisquer apoios, respectivamente às actividades do ANC, na África do Sul, e da Renamo, em Moçambique. Na base do acordo os dois países aceitaram criar uma Comissão Mista de Verificação que tinha a tarefa de controlar as possíveis violações do Nkomati (**vide anexo 3**).

A posição oficial de Moçambique era que o acordo “representava vitória da Frelimo e da política socialista da paz sobre o militarismo da Pretória.” (Notícias, 11.6.1984). Por seu turno, os estrategas do Apartheid viram o Nkomati “como tendo criado condições favoráveis para a ressurreição da CONSAS” (Davies:1986, 9).

Estes posicionamentos mostram que as duas partes estavam a divergir e a revelarem que queriam manter os seus antigos posicionamentos, os mesmos que constituíam o pomo da discórdia ao longo dos anos e que mais tarde os levou ao Acordo.

Por um lado, antes do Nkomati, a África do Sul pretendia criar a CONSAS e como forma de resposta os países da Linha da Frente criaram a SADCC. Por outro lado as independências de Moçambique e de Angola e a opção pela via socialista despertaram atenção a África do Sul que adoptou a Estratégia Total com apoio dos EUA.

Moçambique defendeu o Nkomati como uma vitória do socialismo, enquanto os EUA viram-no como “um pequeno triunfo do Engajamento Construtivo” (Hanlon:1986, 24).

Mas antes destes pronunciamentos cada país tinha os seus objectivos ao assinar o Nkomati que revelavam contrariedades. Moçambique, por exemplo, tinha sete pontos básicos para o acordo, para além de acabar com os guerrilheiros da Renamo:

Respeito das fronteiras e não agressão; necessidade de os respectivos países não poderem ser usados para a agressão contra o território vizinho; a criação de condições para que não haja bases nos respectivos países para forças hostis; necessidade de não haver facilidades de difusão de informação por forças hostis (Martin & Johnson: 1986, 26).

A África do Sul por seu turno revelou que pretendia manter Moçambique mais dependente de si. Pieter Botha na sequência do acordo pediu ao ocidente para ajudar Moçambique na condição de os investimentos serem drenados apenas através da Africa do Sul. Os EUA também concordaram, afirmando que “as ajudas a Moçambique poderão ser drenadas através da Africa do Sul e de Portugal” (Hanlon:1986, 41).

Foi no clima de incertezas que se assinou o Nkomati porque não satisfiz integralmente a nenhuma das partes pelas razões supracitadas. E, como veremos mais adiante, estas incertezas e posicionamentos fizeram com que o acordo fracassasse, apesar de se ter criado uma Comissão Mista de Segurança para controlar a cada passo quaisquer sinais de violação do mesmo previsto no artigo 9 do Acordo. (Vide anexo3).

Capítulo IV - As Relações Políticas entre Moçambique e África do Sul 1984/1992
1º Período - A Violação do Acordo - 1984/1985

Tal como nos referimos anteriormente, houve expectativas que rodearam o Nkomati, com as partes a puxar para si as vantagens do referido acordo. Os dois governos mantinham a mesma postura anterior que ameaçava a estabilidade de ambos os países. Por um lado Moçambique não retirou todos os membros do ANC e por outro, a Renamo continuava com a guerra de desestabilização. Neste capítulo vamos perceber, em fases, o relacionamento político entre Moçambique e África do Sul. Mas antes, é importante referir que as relações entre os dois países foram contínuas e seculares e a base desta argumentação está assente no facto de ter havido “uma presença sistemática de trabalhadores moçambicanos nas minas da África do Sul (...) o porto do Maputo que é o porto natural de Transvaal ocidental ligado por estrada e linha-férrea (...) e a HCB que é potencial fornecedora de energia a África do Sul” (Velo:1991,202).

Na primeira fase, tudo indicava que o Acordo de Nkomati seria violado, a medir pelos discursos dos dois governos, antes e após a assinatura do Nkomati. O próprio envolvimento dos EUA não pareceu revelar vontade de trazer a paz. Aliás, a Administração Reagan nada fez em relação a África do Sul, limitando-se apenas a afirmar que “os diplomatas EUA não tinham instrumentos para exercer pressão” (Minter: 1998, 218). No entanto, devemos-nos lembrar que os EUA sempre viram a África do Sul um país que podia cooperar, daí que “até 1984, os investimentos dos EUA na África do Sul totalizavam um montante de dois biliões de dólares. Os Bancos americanos, de 1979 a 1984, duplicaram os seus empréstimos para 4,7 biliões de dólares” (Zacarias:1990,145).

Três semanas antes da assinatura do Nkomati, algumas multinacionais sul-africanas apoiavam a ala militar e, como consequência disso, o chefe da inteligência

militar sul-africana, o general van der Westhuizen, “não só tinha garantido apoios e abastecimentos militares ao líder da Renamo, Afonso Dlhakama, como também tinha dado instruções de modo a que os caminhos-de-ferro, a HCB, cooperantes e infra estruturas de desenvolvimento no âmbito da SADCC, fossem principais alvos” (Nhabinde: 1997,23).

A guerra em Moçambique prosseguiu e houve esforços diplomáticos das duas partes para se perceber o que estava por detrás desta situação. Nem a Comissão Mista de Segurança foi capaz de evitar a continuação da guerra. Aliás, a ala militar sul-africana já havia tomado uma posição que contrariava o resto do executivo quando afirmava que “nós militares sul-africanos continuaremos a dar apoio sem consentimento dos nossos políticos em número massivo para poderem ganhar a guerra e Machel só poderá cair através do corte da economia e das vias de comunicação” (Johnson & Martin:1986,36).

Foi a partir deste posicionamento que houve ataques a linhas de energia de Komatipoort. A partir de Julho de 1984, “os ataques aumentaram e a linha férrea de Ressano Garcia passou a ser principal alvo. O estabelecimento duma base nas montanhas da fronteira com a Suazilândia facilitou os ataques à linha de Goba e de Ressano Garcia” (Nhabinde:1997,23).

A África do Sul com os ataques também às linhas de transmissão de energia, em particular e a desestabilização em geral, “pretendia manipular o fornecimento de energia a Moçambique ou coloca-lo sob sua dependência energética” (Huo:2001,5).

Tantos outros ataques sucederam-se e comprometeram a economia de Moçambique. A Renamo atacou as redes ferroviárias e rodoviárias “tendo atingido a

região de Salamanga, em Maputo para impedir o escoamento do cal a Cimentos da Matola” (Huo:2001,24).

No centro do país, houve igualmente sabotagens no troço Dondo-Muanza, em Sofala, “paralisando a produção de cimento e causando a perda de 56 milhões USD/ano. Na mesma altura, o país perdia 50 milhões USD/ano pela falta de escoamento do carvão de Moatize face a paralisação da linha de Sena” (Huo:2001,24).

O governo de Moçambique face a estas sabotagens reagiu marcando uma série de encontros, mas na sua maioria fracassaram. Os primeiros encontros foram feitos com a África do Sul, nos quais, esta garantiu “nunca mais ter apoiado a Renamo para a guerra desde o Nkomati” (Martin & Johnson:1986,35).

O ministro da Cooperação, Jacinto Veloso, em Setembro 1984, desencadeou uma campanha diplomática para trazer um clima de estabilidade a Moçambique. Os encontros, para além de serem feitos com o governo da África do Sul, tinham que ser feitos com a própria Renamo, o que criou uma divisão de posições dentro da Frelimo.

Na Frelimo, houve sempre esforço para convencer a África do Sul a parar de apoiar a Renamo, pretendendo, dessa forma, derrotar militarmente os rebeldes, tal era a intenção do partido apesar de ter havido uma ala que “defendia um diálogo com a Renamo, depois de um infrutífero encontro com Jorge Correia, porta-voz da Renamo na Europa” (Cheatama:1987,79).

Este encontro surgiu no âmbito de contactos feitos entre a África do Sul e a Renamo em que este último reivindicava a sua integração nas actividades políticas dentro de Moçambique. Como pressuposto básico para a sua integração, em Outubro de 1984, houve um outro encontro entre a Renamo, representada pelo secretário-geral, Evo



Fernandes, e o governo de Moçambique que “culminou com a chamada Declaração de Pretória, que preconizava a cessação incondicional do conflito armado” (Martin & Johnson:1986,33).

Mas o problema esteve mais assente no facto de os apoiantes da Renamo na Europa terem exigido como condição para o fim da guerra, a reconciliação nacional e o multi-partidarismo em vez da amnistia. Num encontro em Frankfurt, na Alemanha, Evo Fernandes, explicou a um enviado moçambicano que “não aceito a ideia de amnistia” (Martin & Johnson: 1986,32).

No encontro de Outubro entre Moçambique, África do Sul e a Renamo, P.W Botha sugeriu que o fim do conflito armado em Moçambique devia passar por quatro pontos que mesmo assim não chegaram a ser respeitados.

1.Samora deve ser reconhecido como presidente do povo moçambicano, 2. As actividades armadas e o conflito em Moçambique de qualquer que for a fonte devem parar, 3.O governo da África do Sul é chamado a considerar como o motor para implementar a declaração de Pretória, 4. A Comissão Mista seria estabilizada imediatamente para trabalhar na implementação desta declaração (Davies: 1987,17).

Sobre estes pontos a Renamo argumentava que eram meramente um reconhecimento de um facto corrente e não está assente na sua exigência política. A Frelimo, portanto, disse que “isso não seria discutido com a comissão porque ela foi apenas potenciada a considerar questões técnicas relacionadas com os mecanismos do cessar-fogo” (Notícias 04.11.84).

A par destes encontros os chefes da ala militar e alguns membros da Renamo, também faziam uma série de encontros num esforço paralelo, visando promover incursões armadas. Num destes encontros, a 1 de Setembro de 1984, o chefe das SADF,

Constant Viljoen, decidiu que os “abastecimentos a Renamo seriam rotulados como ajuda humanitária e desde então houve vários abastecimentos aéreos semanais” (Hanlon, 1986,46).

A 2 de Janeiro de 1985, Evo Fernandes visitou Pretória para consultas com interesses desconhecidos, a convite do governo sul-africano. A sua visita era apontada como sendo para quebrar o impasse no processo de paz em Moçambique, propriamente dito, que se iniciou com a declaração de Pretoria, em Outubro de 1984. “O ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano, Pik Botha, disponibilizou o apoio do governo a Renamo” (África Research Bulletin: Political séries 15/2, 7496/7).

Nos encontros entre as lideranças da Renamo e da ala militar da África do Sul, nomeadamente Magnus Malan, Pieter Botha e Van der Westhuizen “foram ainda acordados mais abastecimentos (...) e decidiu-se igualmente que seriam usados aviões privados” (Hanlon:1986,46).

Na sequência disso houve um ataque prejudicial à economia moçambicana, ocorrido a 21 de Janeiro de 1985, e o resultado foi este: “uma parte importante da linha de Ressano a 14 km da fronteira com a África do Sul foi severamente sabotada” (Nhabinde:1997,26).

A captura da base central da Renamo em Gorongosa, em Agosto de 1985, numa operação militar conjunta entre Moçambique e Zimbabwe, revelou uma vez mais que na verdade o acordo de Nkomati havia sido violado e reconhecido pela África do Sul, tendo justificado que “a infracção foi táctica. Por isso Moçambique decidiu suspender a Comissão Conjunta de Segurança” (Davies:1987,5).

Naquela operação militar foram capturados vários documentos secretos que revelavam a ligação entre o governo sul-africano e a Renamo. Foram 200 kg de documentos, incluindo os diários guardados pelo secretário de Afonso Dlhakama em que “uma das notas se referia a uma reunião havida em Pretória, a 23 de Fevereiro de 1984, cujo objectivo era planear a guerra numa situação criada pela África do Sul” (Johnson & Martin:1987,28).

2º Período - Esforços Diplomáticos de Moçambique na Busca da Paz 1985/1986

A escalada de violência em Moçambique ganhou outra dinâmica na sequência dos insistentes apoios sul-africanos à Renamo. Os alvos da Renamo eram infra estruturas de transportes internacionais dos países vizinhos com consequências para a economia da região. (vide anexo 1)

Em 1985, Moçambique empenhou-se em contactar vários países ocidentais, principalmente os EUA, para apresentar as provas da violação do Nkomati. Terá sido por isso que Ronald Reagan “declarou a necessidade de introduzir sanções internacionais para, desse modo, forçar políticas do sistema de Apartheid que eram imprescindíveis para um desenvolvimento pacífico e estável na África Austral” (Abrahamsson & Nilsson:1994,88). Ao mesmo tempo, o Governo de Moçambique intensifica a maratona diplomática com entidades de governo na África Austral.

No teatro das operações, a guerra tornava-se catastrófica e o governo de Moçambique não encontrava soluções para, a curto prazo, cessar as hostilidades. Em 1986, a África do Sul ajudou a Renamo a expandir as bases no Malawi⁴.

⁴ A amizade entre África do Sul e Malawi estende-se desde o tempo colonial, quando Kamuzu Banda fortaleceu-se e distanciou-se da política africana de libertação.

Em 1986, a guerra intensifica-se na Zambézia. Aliás, desde 1985, que os objectivos da Renamo na guerra foram “dividir Moçambique pelo Zambeze para facilitar a logística da costa para o interior, através do mesmo rio, para eventual ocupação da Zambézia e instalação de um governo provisório em Quelimane” (Cabá:1997, 58). Foi por isso que a 11 de Setembro, “Machel encontrou-se com Banda e avisou-o que devia fechar a fronteira, e caso não o fizesse iria cortar o acesso ao mar” (Hanlon:1991,33).

O outro esforço diplomático foi aquele que reuniu Samora Machel, Robert Mugabe, do Zimbabwe e Kenneth Kaunda, da Zâmbia, em Lusaka, na Zâmbia, em Outubro de 1986, para convencer Kamuzu Banda a deixar de ajudar a Renamo e de cometer atrocidades em Moçambique a partir do seu território. Recorde-se que no regresso daquele encontro, o presidente Samora Machel morreu num acidente aéreo, a 19 de Outubro.

O recuo de Banda foi reforçado pelo novo presidente, Joaquim Chissano, que “renovou os esforços junto dos outros estados da Linha da Frente no sentido de persuadirem o Malawi a reduzir apoio à Renamo” (Minter:1998,61).

Foi na sequência do aviso e da pressão da Linha da Frente, que em Dezembro a operação da Renamo foi retirada das bases malawianas, trazendo um acordo entre Moçambique e Malawi referente a questão da criação da Comissão de Segurança. “Um outro acordo foi rubricado a 18 de Dezembro de 1986, com a assinatura de um pacto de segurança, em Lilongue, que permitiria as FPLM entrarem no Malawi durante as operações anti-Renamo” (Vines:1996,57).

Em 1984, a Administração Reagan, após a sua reeleição, proclamou a Doutrina Reagan em que “apoiava os combatentes da liberdade anti-comunistas” (Minter:1998,59).

Anos mais tarde a campanha diplomática moçambicana revelava-se difícil, mas houve um *volte face* quando “em Outubro de 1986, o Presidente Reagan apontou Melissa Wells como nova embaixadora dos EUA em Moçambique, que se revelava contra as atitudes belicistas da Renamo” (Hanlon:1991,46).

Moçambique aproveitou esta situação para granjear simpatias entre os americanos e ainda o facto destes e a Grã-Bretanha terem decretado sanções económicas à África do Sul, iniciadas em 1985, caracterizadas pela retirada dos investimentos.

3º Período - Transformações Políticas na África do Sul e Moçambique 1987/1988

No período compreendido entre 1987 e 1988 o destaque vai para o início das mudanças políticas em Moçambique e na África do Sul. Em Moçambique, como veremos mais adiante, as organizações religiosas pressionam a Frelimo e a Renamo para entrar em negociações de paz.

Nos dois países vigoravam sistemas políticos que já estavam a desmoronar. Por um lado a África do Sul era pressionada a acabar com o Apartheid e por outro Moçambique era forçado a optar por um outro sistema político porque a URSS também entrava em reformas.

Por volta de 1988 as relações políticas entre os EUA e a URSS estavam a conhecer outros contornos. “Houve a cimeira de Moscovo realizada entre 09 de Maio a 02 de Junho de 1988, entre Gorbachov e Reagan cuja agenda eram conflitos regionais” (Tempo nº 923 de 19/06/1988).

Esta cimeira dava indicações do fim da confrontação Este-Oeste, trazendo desta forma novo cenário político na África Austral. Nesta altura, a economia moçambicana

estava destruída, a desagregação social era acentuada e as tentativas da Frelimo de convencer a comunidade internacional estavam a ser difíceis⁵.

Mesmo assim, Moçambique tentou “puxar” os EUA para o seu lado ao exibir imagens sobre o massacre de Homoine, em Inhambane, em 1987, no qual 400 pessoas morreram. A extrema-direita dos EUA condenou as atrocidades afirmando que “os dias de glória da Renamo em Washington chegaram ao fim em finais de 1987 (...) Desde então a Renamo descobriu que a obtenção de uma cobertura favorável havia se tornado difícil” (Vines:1996,131).

Aquelas imagens documentadas pela Frelimo, e posteriormente pelos EUA e Grã-Bretanha pelo resto do mundo, elevaram a indignação do ocidente que passou a “recusar a tratar a Renamo como um movimento anti-comunista *bona fide* não obstante a pressão influente da direita e das igrejas nos EUA” (Newitt:1995,487).

À entrada para o ano de 1988 a situação política na África do Sul obrigou os seus aliados a intensificarem as sanções. No mesmo diapasão, foi lançada a Emenda Delluns que “aos olhos do congresso norte-americano visava eliminar todos os vínculos dos EUA e África do Sul. Os ministros dos negócios estrangeiros da Commonwealth elaboraram uma estratégia para minar os vínculos financeiros com a África do Sul” (O’Meara:1996,379).

Ao mesmo tempo foi publicado o Relatório Gersony⁶, “apelando para um relatório similar para expor a acção da África do Sul em Moçambique e pela plataforma

⁵ Moçambique tinha que implementar as reformas sugeridas pelo FMI e Banco Mundial.

⁶ Tratava-se de um inquérito feito aos refugiados moçambicanos na África do Sul sobre a situação militar no país.

do Partido Democrático para as eleições de 1988, que defendia a África do Sul como um estado terrorista uma posição endossada por Michael Dukakis⁷” (O’Meara:1996,378).

Desta forma o isolamento internacional da África do Sul já era realidade. No segundo quartel de 1988, a África do Sul aproveitando-se das mudanças na região, “aproxima-se de Moçambique, pautando pela diplomacia e dando ênfase a acção económica” (Davies:1990,73).

A publicação daquele relatório embaraçou os apoiantes da Renamo, reduzindo-se por conseguinte, o apoio deste movimento pela extrema-direita EUA. Este relatório “teve maior impacto a nível do governo sul-africano ao provocar sérios embaraços e impedindo várias instituições a um maior interesse pelas acções militares sul-africanas em Moçambique” (Macuácuá:1998, 70).

Ao mesmo tempo revela-se mais abertura por parte da África do Sul e Moçambique no sentido de revitalizar o Nkomati. O presidente moçambicano, Joaquim Chissano, e sul-africano, Pieter Botha, agendaram um encontro em Songo, Tete, onde Chissano argumentou que “existe agora mais confiança, mais entendimento em ambos os lados devido aos desenvolvimentos na área, na África Austral e na África do Sul” (Tempo nº 936, 18.9.1988,5).

No mesmo encontro decidiu-se que “a Comissão Conjunta de Segurança iria monitorar a violação. Acreditou-se que a pressão de altos diplomatas da Europa e dos EUA e, especialmente da Grã-Bretanha, lideraram o evento para reactivar o acordo de Nkomati” (Schoeman & Schoeman:1998,191).

Em 1988, Chissano visita Malawi com objectivo de procurar novos caminhos para “fortalecer relações bilaterais, para remover obstáculos que eventualmente possam existir

⁷ Dukakis era candidato a presidente pelo Partido Democrático para as eleições de 1989

e que impedem um desenvolvimento rápido da cooperação e para a definição com mais clareza do compromisso de ambos países em respeitar os princípios da independência, soberania e boa vizinhança” (Tempo nº 927 17/06/88).

A Renamo, no prosseguimento da guerra, “atacou em Abril de 1988 um acampamento de trabalhadores que reabilitavam a ferroviária de Nacala, interrompendo assim a segunda fase da reabilitação em Namira, a 45 km de Nampula” (Nhabinde:1997,39).

Em 1989, a Frelimo depois de assalto a Maríngue, uma das bases da Renamo, em Sofala, anuncia publicamente a sua vontade de negociar a paz com o movimento, na mesma ocasião preparava a realização do V congresso” (Nhabinde:1997, 42).

No mesmo ano, na África do Sul, em Agosto de 1989, Pieter Botha demitia-se e no mesmo mês assume o poder Frederik de Klerk que anuncia remodelações governamentais. Anunciou a preparação de uma legislação interna para procedimentos judiciais. Esta situação acontece porque no fim de 1988, o PN estava em apuros. As frustrações com a liderança de Botha eram comuns. Um membro do parlamento avisou sobre a desintegração do PN se Botha continuasse no poder por mais tempo. Intimidado pela retórica dos generais, mas profundamente ressentido pela existência de ordens a volta dele, “muitos políticos alertaram para o restabelecimento do controlo civil sobre a Administração do Sistema de Segurança Nacional para o regresso à normalidade política” (O’Meara:1996, 375).

4º Período - A Queda do Apartheid e o Fim da confrontação Este-Oeste 1989/1992

Neste período há três acontecimentos históricos que influenciaram a política regional e moçambicana. Em 1990, há a reunificação da Alemanha, na África do Sul cai

o regime do Apartheid e em Moçambique a Frelimo, através do V Congresso em 1989, adota nova constituição⁸ e inicia o multipartidarismo e ao mesmo tempo intensificam-se as negociações de paz em Roma, capital italiana.

Neste mesmo período, o governo da Frelimo era pressionado pelas organizações religiosas para sentar-se à mesa de negociações com a Renamo. Houve, no entanto, alguns encontros, sob a égide da Comunidade de Sant'Egídio e CCM marcados no sentido de "Joaquim Chissano começar diálogo com a Renamo" (Hume:1994,27).

O V Congresso da Frelimo, realizado em 1989, analisou na sua sessão a possibilidade de criar um diálogo conducente a paz em Moçambique. Naquele congresso o presidente zambiano, Kenneth Kaunda, convidado ao encontro, apelou para que "os membros da Frelimo autorizassem o governo a dialogar com a Renamo" (Hume:1994,28). Ao mesmo tempo discute-se a mudança da Constituição, para se introduzir uma outra que previsse a implementação do multipartidarismo. Em 1990, a Frelimo "desencadeou um amplo debate popular sobre uma nova constituição, tendo o sistema multipartidário sido apresentado como uma opção para discussão" (Minter:1998,69).

No contexto internacional há transformações com o colapso da figura ideológica que servia como justificativa a guerras anti-comunistas, quanto às pressões das super potências sobre os seus clientes no sentido de resolverem os conflitos regionais pacificamente. O fim da guerra-fria influenciou a situação política na Africa Austral nos anos 90 "com a emergência do fenómeno Gorbatchov e o desenvolvimento das negociações encorajadas por Reagan e Bush" (Davies:1991, 200).

⁸ A primeira proposta de alteração da constituição foi apresentada em 1988

A ascensão de Gorbatchev ao poder na URSS em Março de 1985, “marcou o início do processo de mudanças que eram ultimamente para culminar na queda do muro de Berlim e a liberalização do sistema político da África do Sul” (Sparks:1994, 40).

Na África do Sul, em 1991, a fase de transição é marcada pela realização, nos arredores de Johannesburg, da CODESA, congregando todos os partidos relevantes que aprovaram uma declaração de princípios.

Nesta fase há ainda a registar a retirada de investimentos, especialmente por empresas americanas, as sanções cada vez mais severas e a perda de confiança por parte do mercado financeiro internacional, provocaram uma profunda crise interna que representa a saída de Botha e da instalação de De Klerk como presidente. Foi De Klerk quem percebeu que reformas fundamentais e até mesmo a abolição do apartheid representam única saída para a África do Sul.

Uma das medidas importantes que De Klerk tomou foi a desmilitarização do estado sul-africano⁹. Frederik de Klerk foi um político civil que foi indicado para assumir ao cargo do PN, no âmbito das reformas que estavam a ser operadas dentro do partido, que visavam essencialmente tirar militares dos destinos políticos da África do Sul. Recorde-se que nessa altura as SADF foram derrotadas em Cuito Cuanavale, sul de Angola, um acontecimento que revelou crise e fragilidade dos militares sul-africanos.

O discurso de De Klerk a 02 de Fevereiro de 1990 é largamente usado como metáfora para abrir a nova era. No seu discurso ele falou sobre a libertação de Nelson Mandela, tendo declarado que “este é um homem de integridade com quem ele devia trabalhar em boa fé” (O’Meara:1996, 404).

⁹ De Klerk era um dos políticos civis que se ressentia da marginalização dos centros de decisão dominados pelos militares.

Foi o famoso discurso de 2/2/90 em que De Klerk fez frequentemente referências para mudanças na Europa do Leste. De Klerk identificou quatro mais importantes facetas do alerta do seu governo que tinha recebido uma ligação com a liberalização do processo político. O primeiro deles foram “os eventos na URSS e na Europa do Leste para os quais tinha referido já fraca capacidade de organização que tinha previamente apoiado fortemente”(Guelke:1999, 32).

Frederick de Klerk, já presidente, realizou uma série de viagens um pouco por todos os continentes, enfatizando a necessidade de mudanças políticas e constitucionais no seu país e as consequências do isolamento da África do Sul caso continuasse a pautar pelo Apartheid. De Klerk visitou a Grã-Bretanha, onde se encontrou com “a primeira-ministra, Margaret Thatcher, a Alemanha com Helmut Kohl e com responsáveis de Portugal, Itália, Costa do Marfim, Moçambique, Zaire e Zâmbia” (Sparks:1994, 97).

O encontro mais importante foi aquele que colocou frente a frente De Klerk e George Herbert Bush, em Washington, em Setembro 1990, no qual ficou patente que os últimos vestígios do Apartheid podiam ser erradicados.

Com o presidente Joaquim Chissano, De Klerk encontrou-se em Maputo, em Julho de 1989 no qual “ficou a promessa de apoio da integração da Africa do Sul na SADC se este desmantelasse o Apartheid e introduzisse a igualdade. Chissano obtém de De Klerk apoio para a iniciativa de paz” (Africa Research: Political Series,15/Ago/89, 9340). Foram estes encontros e esforços diplomáticos que criaram um ambiente favorável para a aproximação da Frelimo e da Renamo no sentido de acabar a guerra em Moçambique. As visitas aos EUA efectuadas pelo presidente Chissano e as promessas de

apoio de Geroge H. Bush ao processo de paz propiciaram um clima de confiança para o alcance da paz em Moçambique.

Depois de 1990 assiste-se a um rápido incremento de acordos entre Moçambique e África do Sul e o relançar das novas relações políticas que outrora eram difíceis. Em Dezembro de 1990, o ministro dos Recursos Minerais, John Kachamila, anunciou o estabelecimento de uma "Joint Venture" entre o Instituto Nacional de Geologia e a cota parte sul-africana a South African-based Road Transport Company Central African Road Services que assinam um contrato de serviço e comércio com a State Enterprise Mozambique Truck Company que "visava a assistência técnica para a South African Trucks em Moçambique e a facilitação de treinamento pelos sul-africanos do pessoal moçambicano" (Schoeman & Schoeman:1993,336).

Em Abril de 1991, um porta-voz da Electricidade de Moçambique afirmou que "a Eskom ganhara um contrato de um milhão de dólares, financiado pelo Banco Mundial na base do qual a Eskom providenciaria a assistência técnica para o Maputo" (Schoeman & Schoeman:1993, 338).

Em 1992, em ambos os países dois acontecimentos ficaram na história. Frederik De Klerk e Nelson Mandela foram nomeados e vencedores do prémio Nobel da Paz, enquanto em Moçambique assinava-se o Acordo de Paz, seguindo em 1994, as eleições multipartidárias em ambos países.

Em suma, o posicionamento dos EUA em relação à política da África do Sul influenciou negativamente a vida da África Austral. Depois do início da aplicação das sanções ao regime do apartheid e mais tarde o sucesso da campanha diplomática de Moçambique, quando Joaquim Chissano exibiu imagens de massacres de Homoine, o

rumo dos acontecimentos ganhava outros contornos na África Austral, que foram sustentados com o fim da guerra-fria.

Com a remoção do Apartheid e a paz em Moçambique, agora a esperança de todas as nações membros da SADC, incluindo a África do Sul, era a rápida integração económica regional que viria a fortificar a cooperação.

Capítulo V

Conclusão Geral

As relações políticas entre Moçambique e África do Sul devem ser vistas no quadro da guerra-fria, que envolvia URSS e EUA desde o fim da segunda Guerra Mundial e na sua articulação na região da África Austral. Desde a luta de libertação nacional, Moçambique teve como aliado a União Soviética de quem recebeu material bélico. Depois da independência, Moçambique preserva a estrutura socialista desenhada durante a Luta de Libertação Nacional, depois de um desentendimento das duas alas sobre o tipo de sociedade a criar nas zonas libertadas. Uma ala, a mais “dura”, defendia uma sociedade estruturada colectivamente. Era óbvio que a Frelimo continuasse a se identificar com o comunismo soviético. Esta situação, não agradou a África do Sul e os EUA que viram Moçambique, e também Angola, um alvo a abater na África Austral.

Os EUA não se envolveram directamente nesta confrontação porque tinham um forte aliado na região que desde sempre hostilizou os seus vizinhos,¹ praticando segregação racial, tendo os americanos aproveitado este clima para equipar o regime que mais tarde desencadeou incursões armadas para travar o avanço do comunismo.

A África Austral constituiu, praticamente, o último baluarte do colonialismo, mas o Apartheid era uma problemática própria da região. Aliás, a instabilidade na região tem as suas origens, nomeadamente as condições sociais e económicas de desenvolvimento dos países, do sistema colonial e do Apartheid que estiveram assentes na necessidade da mão-de-obra para as actividades mineiras na África do Sul. Como consequência directa da instabilidade regional da África Austral promovida pelo governo sul-africano, durante a era do Apartheid, ressalte-se, ainda, a deliberada política de desestabilização levada a cabo por aquele regime que, num tipo de estado e guerra não-declarada, promoveu

incursões armadas, sabotagens e pressões económicas, contra os países próximos, dificultando o desenvolvimento económico de toda a região.

Mas o factor mais importante de desestabilização regional encontrava-se na África do Sul. Os sul-africanos, do Apartheid, sentiam-se cada vez mais cercados por Estados governados pelos próprios africanos que haviam feito a opção pelo alinhamento com o bloco socialista.

A maneira encontrada pela África do Sul foi promover a desestabilização desses países, inviabilizando os novos governos, dando suporte financeiro a Renamo, actos de sabotagem e pressões económicas. Mesmo depois de uma série de acordos, a África do Sul demonstrou que pretendia manter a sua hegemonia política, situação que se manteve até 1988, quando houve reformas no PN que culminaram com a subida ao poder de Frederik De Klerk, em 1989. Aliás, durante o tempo que os desentendimentos entre Moçambique e África do Sul duraram, nota-se que a via diplomática nunca foi abandonada.

O fim da guerra-fria viria igualmente acabar com quase todas as confrontações e pequenos conflitos regionais. Recorde-se que à entrada da década de 1990 a Namíbia alcança a independência, dois anos depois Moçambique assina o acordo com a Renamo o mesmo acontecia entre a UNITA e o MPLA em Angola.

6. Cronologia

Junho de 1975 – Independência de Moçambique

Março de 1976 – Início das sanções decretadas pela ONU à Rodésia do Sul (Hanlon:1997,210)

1977 – Realiza-se o III Congresso da Frelimo

1978 – Subida ao poder na África do Sul dos militares encabeçados pelo então ministro da Defesa Pieter Botha (Zacarias:1990, 147)

Abril de 1980 – Independência do Zimbabue. Criação da SADCC e (Zacarias, 1990,147) e início de apoios militares a Renamo.

1981 – Comandos sul-africanos atacam a cidade da Matola matando alguns membros do ANC. Expulsão de seis diplomatas americanos de Moçambique (Cheatam: :1993,65).

Dezembro de 1982 – Iniciam-se as negociações que culminariam com a assinatura do Acordo de Nkomati (INLD: 1984,54).

Dezembro de 1983 – Houve encontros em Mbabane, na Suazilândia, entre as delegações moçambicanas e sul-africanas (Cheatam :.1987, 75).

Março de 1984 – Assinatura do Acordo de Nkomati entre Moçambique e África do Sul

Janeiro de 1985 – O secretário-geral da Renamo, Evo Fernandes visita Pretoria para consultas com interesses desconhecidos a convite do governo África do Sul (Africa Research Bulletin: Political séries 15/02, 7496/7)

Agosto de 1986 – Acusação e contra-acusação voavam entre Moçambique Africa do Sul sob alegadas violações do Acordo. (Africa Reseach Bulletin: Political Series 1986/09, 8181)

Janeiro de 1987 – Foi reportado que o governo da África do Sul garantiu que os trabalhadores migrantes permaneceriam na África do Sul depois da ordem de repatriamento em 1986. (Africa Research Bulletin: Economic Series 1987, 8500)

Junho 1988 – Portugal, Moçambique e Africa do Sul discutem questões financeiras sobre o HCB. (Africa Research Bulletin: Political Series.1988, 8907)

Julho 1989 - De Klerk e Botha encontram-se com Chissano. No encontro ficou a promessa de apoio da integração da Africa do Sul na SADCC. (Africa Research Bulletin: Economic Series 15/08/1989, 9340)

Dezembro 1990 – O ministro dos Recursos Minerais Jonh Kachamila anunciou o estabelecimento de um Joint Venture entre o Instituto Nacional de Geologia e a Cota parte sul-africana. (Africa Research Bulletin: Economic Series 16/12/91).

Abril 1991 – Um porta-voz da Electricidade de Moçambique afirmou que Eskom ganhou um contracto de um milhão de dólares financiados pelo Banco Mundial. Na base desse contracto a Eskom providencia a assistência técnica para o poder de Maputo. (Schoeman & Schoeman:1993, 338)

Outubro 1992 – Acordo de Paz em Moçambique e nomeação de Mandela e de Klerk para Nobel da paz.

7. Bibliografia

Publicações

1. Abrahamson, Hans; Nilsson, Anders. (1994) *Moçambique em Transição: Um Estudo da História do Desenvolvimento Durante o Período de 1974-1992*. Maputo: CEE/Gothenburg University.
2. Adam, Yussuf; Davies, Robert e Dlamini, Siphon. (1981). A Luta pelo Futuro da África Austral: as Estratégias da CONSAS e SADCC. in; *Estudos Moçambicanos* nº 3, pp65-80
3. Davies, Robert. (1986) O Apartheid em Fúria: Uma Análise das Acções do Regime de Botha na Conjuntura Actual. In: *Estudos Moçambicanos* nº 5/6. Maputo: CEA, pp173-183
4. Davies, Robert. (1991). "Política Regional Sul-Africana no anos 90: Perspectivas para a Mudança". in: Zacarias, Agostinho (ed). *Repensando Estratégias Sobre Moçambique e África Austral*. Maputo: ISRI
5. Davies, Robert; M. Ncube. (1991) *Desestabilization and Regional Security Concerns in Southern Africa*. Lesotho: National University of Lesotho.
6. Davies, Robert. (1987) South African Strategy Towards Mozambique Since Nkomati. In: *Transformation* nº3, pp4-30
7. Guelke, Adrian. (1999) *South Africa in Transition: The misunderstood Miracle*. London: CEA
8. Hanlon, Joseph. (1986) *Beggar you Neighbors: Apartheid Power in Southern Africa*. London: CIIR/James Currey/Indiana University Press
9. _____ . (1991) *Mozambique: Who Calls the Shots?* London: James Currey/Indiana University Press
10. Hume, Cameron (1994). *Ending Mozambique's War*. Washington DC: United States Institut of Peace
11. Johnson, P. and Martin, D. (1986) *Destructive Engagement: Southern Africa at War*. Harare.ZPH
12. _____ . (1986) To Nkomati and Beyond. in Johnson, P. & Martin, D. *Destructive Engagement: Southern Africa at War*. Harare: ZPH, pp1-41
13. _____ . (1987) África do Sul Impõe Sanções aos Seus Vizinhos.(Trad. Arlindo Chilundo) In *Cadernos de História* nº 5, Maputo: UEM, pp15-39

14. Minter, William. (1998) *Os Contras do Apartheid: As Raízes da Guerra em Angola e Moçambique*. (Trad. João P. B. Coelho) Maputo: AHM
15. Newitt, Malyn (1995). *História de Moçambique*. Mira-Sintra: Europa América.
16. O'Meara, Dan (1996). *Forty Lost Years. The Apartheid States; and the Politics of National Party: 1948-1994*. Athens:Ravan Press
17. Schoeman, Elwa & Schoeman, Chris (comp.) (1993). *South Africa Relations in Transition – 1985-1992: A Chronology*. JHB: South Africa Institut of International Affairs.
18. Sparks, Allister. (1995) *Tomorrow is Another Country: The Inside Story of South Africa's Negotiated Revolution*. London: Mandarin
19. Veloso, Jacinto. (1991) "A África do Sul e os Seus Vizinhos". in: Zacarias, Agostinho (ed). *Repensando Estratégias Sobre Moçambique e África Austral*. Maputo: ISRI
20. Vines, Alex. (1996) *Renamo: From Terrorism to Democracy in Mozambique?* London/Amesterdan: Centro dos Estudos Africanos in Association with James Currey.
21. Zacarias, Agostinho (1991). *Repensando Estratégias Sobre Moçambique e África Austral*. Maputo: ISRI

Teses e Dissertações

- 1 Cabá, Sérgio. (1997) A Guerra na Província da Zambézia e o Papel do Malawi-1975/1988. (Dissertação de Licenciatura). Maputo: UEM
2. Cheatan, Mark Wayne (1987). Construtive Engagement in Mozambique 1980-1984: The Acord of Nkomati. (Tese de Mestrado). Oregon: University of Oregon
3. Huo, Teles. (2001) Relações Regionais e Reactivação do Projecto de Cahora Bassa em Moçambique, 1981-1988 (Dissertação de Licenciatura). Maputo: UEM
4. Macuácuá, Lázaro. (1998) Acordo de Nkomati: Esforços Pela Paz e Coexistência Pacífica entre os Estados da Região Austral de África, 1975-1988 (Dissertação de Licenciatura). Maputo: UEM
5. Nhabinde, Simeão. (1997) Desestabilização e Guerra Económica no Sistema Ferro-Portuário de Moçambique, 1980-1992 (Dissertação de Licenciatura). Maputo: UEM

Artigos em Periódicos

1. "Moçambique e África do Sul: Cooperar é Possível", in Revista *Tempo* nº 936 de 18/09/1988, 5p

2. Ferro, Mário. (1988) "Malawi do Outro Lado da Fronteira". In Revista *Tempo* nº 927 de 17/06, pp8-9
3. Hermele, Kenneth (1988). Guerra e Estabilização. Uma análise a Médio Prazo do Programa de Recuperação Económica de Moçambique. In Revista *Internacional de Estudos Africanos* nº 8, Janeiro-Dezembro.Lisboa: IICT, pp247-293
4. Vitorino, Fernando. (1988) Cimeira de Moscovo: "A Solução Adiada". In Revista *Tempo* nº 923 de 19/06, pp5-7
5. "Comissão Mista de Segurança: Mecanismo de Cessar-Fogo". In Jornal *Notícias* de 04/11/1984, pp3-4
6. "África do Sul Viola Acordo de Nkomati". In Jornal *Notícias* de 11/06/1984,pp1-2
7. *Africa Research Bulletin: Political Séries*, de 15 de Fevereiro 1990, pp7496/7
8. Davies, Robert. (1990) South Africa Policy Before and After Cuito: South Africa Contemporary Analyses. In *South African Review* nº5. London: Ingrid Oberey, pp172-181

Documentação de Arquivo

1. UEM. Caixa 55.CEA."O acordo de Nkomati" Maputo, 16 de Março de 1984
2. UEM.Caixa 55. CEA. "Documentos de Gorongosa" Maputo, 30 de Setembro de 1985

8. Anexos

Anexo 1

Evolução na Área dos Transportes Internacionais 1975-1987

Área de Operação	1975	1977	1979	1981	1983	1985	1987
Transportes ferroviários internacionais em portos (1.000 toneladas)	11.200	5.900	6.800	5.350	3.100	2.200	1.900
Manuseamento de mercadorias internacionais em Portos, incluindo petróleo (1000 toneladas)	13.850	9.460	9.700	7.700	5.300	4.000	4.200
Receitas em moeda estrangeira resultantes de transportes ferroviários internacionais e de manuseamento de mercadorias (milhões de dólares, preços correntes)	110	60	80	113	40	21	17

Fonte: Abramson & Nilsson; 1994, 193

Anexo 2

Países	PIB/1980	PIB/1988	Cres/ano
Angola	6307	6112	- 0.40
Botswana	903	1805	9.10
Lesotho	382	433	1.55
Malawi	1250	1455	1.90
Moçambique	2414	2045	- 2.00
Suazilândia	542	746	4.10
Tanzânia	5138	6011	2.30
Zâmbia	3885	4082	0.60
Zimbabwe	5355	7021	3.40
Total regional	26176	29710	1.50
Pop (milhões)	60	77.7	3.3
Rendimento p/cap (USD)	436	383	1.6

Fonte: Zacarias, 1990, 21

AGREEMENT ON NON-AGGRESSION AND GOOD NEIGHBOURLINESS
BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF
MOZAMBIQUE AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF
SOUTH AFRICA

The Government of the People's Republic of Mozambique and the Government of the Republic of South Africa, hereinafter referred to as the High Contracting Parties;

RECOGNISING the principles of strict respect for sovereignty and territorial integrity, sovereign equality, political independence and the inviolability of the borders of all states;

REAFFIRMING the principle of non-interference in the internal affairs of other states;

CONSIDERING the internationally recognised principle of the right of peoples to self-determination and independence and the principle of equal rights of all peoples;

CONSIDERING the obligation of all states to refrain, in their international relations, from the threat or use of force against the territorial integrity or political independence of any state;

CONSIDERING the obligation of states to settle conflicts by peaceful means, and thus safeguard international peace and security and justice;

RECOGNISING the responsibility of states not to allow their territory to be used for acts of war, aggression or violence against other states;

CONSCIOUS of the need to promote relations of good neighbourliness based on the principles of equality of rights and mutual advantage;

CONVINCED that relations of good neighbourliness between the High Contracting Parties will contribute to peace, security, stability and progress in Southern Africa, the Continent and the World;

Have solemnly agreed to the following:

ARTICLE ONE

The High Contracting Parties undertake to respect each other's sovereignty and independence and, in fulfilment of this fundamental obligation, to refrain from interfering in the internal affairs of the other.

ARTICLE TWO

1) The High Contracting Parties shall resolve differences and disputes that may arise between them and that may or are likely to endanger mutual peace and security or peace and security in the region, by means of negotiation, enquiry, mediation, conciliation, arbitration or other peaceful means, and undertake not to resort, individually or collectively, to the threat or use of force against each other's sovereignty, territorial integrity or political independence.

2) For the purposes of this article, the use of force shall include inter alia -

- a) attacks by land, air or sea forces;
- b) sabotage;
- c) unwarranted concentration of such forces at or near the international boundaries of the High Contracting Parties;
- d) violation of the international land, air or sea boundaries of either of the High Contracting Parties.

3) The High Contracting Parties shall not in any way assist the armed forces of any state or group of states deployed against the territorial sovereignty or political independence of the other.

ARTICLE THREE

1) The High Contracting Parties shall not allow their respective territories, territorial waters or air space to be used as a base, thoroughfare, or in any other way

by another state, government, foreign military forces, organisations or individuals which plan or prepare to commit acts of violence, terrorism or aggression against the territorial integrity or political independence of the other or may threaten the security of its inhabitants.

- 2) The High Contracting Parties, in order to prevent or eliminate the acts or the preparation of acts mentioned in paragraph (1) of this article, undertake in particular to -
- a) forbid and prevent in their respective territories the organisation of irregular forces or armed bands, including mercenaries, whose objective is to carry out the acts contemplated in paragraph (1) of this article;
 - b) eliminate from their respective territories bases, training centres, places of shelter, accommodation and transit for elements who intend to carry out the acts contemplated in paragraph (1) of this article;
 - c) eliminate from their respective territories centres or depots containing armaments of whatever nature, destined to be used by the elements contemplated in paragraph (1) of this article;
 - d) eliminate from their respective territories command posts or other places for the command, direction and co-ordination of the elements contemplated in paragraph (1) of this article;
 - e) eliminate from their respective territories communication and telecommunication facilities between the command and the elements contemplated in paragraph (1) of this article;
 - f) eliminate and prohibit the installation in their respective territories of radio broadcasting stations, including unofficial or clandestine broadcasts, for the elements that carry out the acts contemplated in paragraph (1) of this article;
 - g) exercise strict control, in their respective territories, over elements which intend to carry out or plan the acts contemplated in paragraph (1) of this article;

- h) prevent the transit of elements who intend or plan to commit the acts contemplated in paragraph (1) of this article, from a place in the territory of either to a place in the territory of the other or to a place in the territory of any third state which has a common boundary with the High Contracting Party against which such elements intend or plan to commit the said acts;
 - i) take appropriate steps in their respective territories to prevent the recruitment of elements of whatever nationality for the purpose of carrying out the acts contemplated in paragraph (1) of this article;
 - j) prevent the elements contemplated in paragraph (1) of this articles from carrying out from their respective territories by any means acts of abduction or other acts, aimed at taking citizens of any nationality hostage in the territory of the other High Contracting Party; and
 - k) prohibit the provision on their respective territories of any logistic facilities for carrying out the acts contemplated in paragraph (1) of this article.
- 3) The High Contracting Parties will not use the territory of third states to carry out or support the acts contemplated in paragraphs (1) and (2) of this article.

ARTICLE FOUR

The High Contracting Parties shall take steps, individually and collectively, to ensure that the international boundary between their respective territories is effectively patrolled and that the border posts are efficiently administered to prevent illegal crossings from the territory of a High Contracting Party to the territory of the other, and in particular, by elements contemplated in Article Three of this Agreement.

ARTICLE FIVE

The High Contracting Parties shall prohibit within their territory acts of propaganda that incite a war of aggression against the other High Contracting Party and shall also prohibit acts of propaganda aimed at inciting acts of

terrorism and civil war in the territory of the other High Contracting Party.

ARTICLE SIX

The High Contracting Parties declare that there is no conflict between their commitments in treaties and international obligations and the commitments undertaken in this Agreement.

ARTICLE SEVEN

The High Contracting Parties are committed to interpreting this Agreement in good faith and will maintain periodic contact to ensure the effective application of what has been agreed.

ARTICLE EIGHT

Nothing in this Agreement shall be construed as detracting from the High Contracting Parties' right of self-defence in the event of armed attacks, as provided for in the Charter of the United Nations.

ARTICLE NINE

- 1) Each of the High Contracting Parties shall appoint high-ranking representatives to serve on a Joint Security Commission with the aim of supervising and monitoring the application of this Agreement.
- 2) The Commission shall determine its own working procedure.
- 3) The Commission shall meet on a regular basis and may be specially convened whenever circumstances so require.
- 4) The Commission shall -
 - a) Consider all allegations of infringements of the provisions of this Agreement;
 - b) advise the High Contracting Parties of its conclusions; and
 - c) make recommendations to the High Contracting Parties concerning measures for the effective application of this Agreement and the settlement

of disputes over infringements or alleged infringements.

- 5) The High Contracting Parties shall determine the mandate of their respective representatives in order to enable interim measures to be taken in cases of duly recognised emergency.
- 6) The High Contracting Parties shall make available all the facilities necessary for the effective functioning of the Commission and will jointly consider its conclusions and recommendations.

ARTICLE TEN

This Agreement will also be known as "The Accord of Nkomati".

ARTICLE ELEVEN

- 1) This Agreement shall enter into force on the date of the signature thereof.
- 2) Any amendment to this Agreement agreed to by the High Contracting Parties shall be effected by the Exchange of Notes between them.

IN WITNESS WHEREOF, the signatories, in the name of their respective governments, have signed and sealed this Agreement, in quadruplicate in the Portuguese and English languages, both texts being equally authentic.

THUS DONE AND SIGNED AT the common border on the banks of the Nkomati River, on this the sixteenth day of March 1984.

SAMORA MOISÉS MACHEL
MARSHAL OF THE REPUBLIC
PRESIDENT OF THE PEOPLE'S
REPUBLIC OF MOZAMBIQUE
PRESIDENT OF THE COUNCIL
OF MINISTERS

FOR THE GOVERNMENT OF THE
PEOPLE'S REPUBLIC OF
MOZAMBIQUE

PIETER WILLEM BOTHA
PRIME MINISTER OF THE
REPUBLIC OF SOUTH AFRICA

FOR THE GOVERNMENT OF THE
REPUBLIC OF SOUTH AFRICA